

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)15 mar 2017 | O Globo | DANIELLE NOGUEIRA danielle.nogueira@oglobo.com.br

Comando do Planalto e do PMDB na mira de delatores

Ex-diretor da Odebrecht cita ainda presidente da Câmara e do Senado

Em três anos de investigações da LavaJato, a delação da Odebrecht é a que tem o maior impacto no governo Temer, tanto sobre os chamados ministros palacianos, do PMDB, quanto sobre os colegas de Esplanada, povoada por ministros de partidos aliados, como o PSDB. O conteúdo mais detalhado, até agora conhecido, foi relatado durante a negociação para delatar de Claudio Melo Filho, ex-executivo da Odebrecht. Ele foi o primeiro a descrever o encontro com o hoje presidente Michel Temer para as doações eleitorais ao PMDB, que também é usado na investigação que pede a cassação da chapa Dilma-Temer por abuso de poder econômico da campanha de 2014. Melo Filho também apresentou indícios de repasses ilícitos à cúpula do Congresso Nacional.

O executivo contou que a doação ao partido foi negociada em um jantar no Palácio do Jaburu, em 2014, com presenças de Temer e do ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha. Temer deve ficar de fora dessa investigação. O presidente da República não pode ser investigado por fatos anteriores ao mandato.

Segundo Melo Filho, os políticos pediam pagamentos em troca de apoio a projetos de interesse da construtora. Nessa reunião no Palácio do Jaburu teria sido acertado um repasse de R\$ 10 milhões: R\$ 6 milhões seriam para a campanha de Paulo Skaf, candidato ao governo de São Paulo; outros R\$ 4 milhões seriam para Padilha, responsável por distribuir dinheiro entre outras campanhas do PMDB. Melo Filho disse que entregou parte do dinheiro em espécie no escritório de José Yunes, amigo de Temer e ex-assessor especial do presidente.

Também faziam parte do núcleo o ministro da Secretaria Geral, Moreira Franco, que acumula o cargo de secretário do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI), e o ex-ministro da Secretaria de Governo de Temer Geddel Vieira Lima. Segundo a delação, Padilha centralizava as negociações e as arrecadações financeiras, segundo a delação. Moreira Franco era chamado pelos executivos da Odebrecht de "Angorá" e ajudava na aprovação de demandas da empresa no então governo Dilma Rousseff.

CITAÇÕES A OUTROS MINISTROS Na delação, o ex-diretor diz acreditar que havia uma ação orquestrada entre Moreira Franco e Eliseu Padilha para a captação de recursos para o seu grupo do PMDB, pois Moreira Franco solicitou a Melo Filho contribuição financeira, mas transferiu para Eliseu Padilha a responsabilidade pelo recebimento do apoio financeiro. Padilha foi citado no depoimento 45 vezes, e Moreira, 33.

Mais três ministros são citados nas delações. O ex-diretor da Odebrecht Carlos Armando Paschoal relatou o pagamento de R\$ 500 mil por meio de caixa dois para a campanha ao Senado de Aloysio Nunes (PSDB), atual ministro de Relações Exteriores. O repasse, segundo o delator, teria ocorrido em 2010, quando o tucano se elegeu o senador mais votado da história de São Paulo, com mais de 11 milhões de votos, 30% do total. O executivo disse que o pedido por dinheiro foi feito pelo próprio Aloysio, e as entregas, realizadas em duas ou três parcelas em hotéis na Zona Sul da capital paulista.

O ministro da Ciência e Tecnologia, Gilberto Kassab, teria recebido R\$ 14 milhões da Odebrecht em 2013 e 2014 via caixa 2, segundo relato de Paulo Cesena, ex-presidente da Odebrecht Transport. Moreira também é acusado por Cesena de, em 2014, ter recebido R\$ 4 milhões da subsidiária de logística do grupo. Bruno Araújo, ministro das Cidades, também aparece nas planilhas de pagamento de propinas da Odebrecht. Ele teria recebido R\$ 100 mil.

Outro citado na delação de Melo Filho é o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE). De acordo com o delator, o peemedebista recebeu cerca de R\$ 2,1 milhões. Os pagamentos foram realizados entre outubro de 2013 e janeiro de 2014. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), teria recebido R\$ 500 mil para campanha em 2010 e mais R\$ 100 mil em 2012, para apoiar a MP 613, de interesse da Odebrecht.

CITAÇÕES POR OUTRAS EMPREITEIRAS Alguns senadores também foram citados. Renan Calheiros (PMDB-AL) teria recebido R\$ 500 mil via caixa 2 em 2010. Ele também teria pedido e conseguido ao menos R\$ 1,2 milhão em doações para a campanha do filho ao governo de Alagoas. Em troca, apoiou 34 emendas e nove MPs de interesse da Odebrecht. Romero Jucá, líder do governo na Casa, teria recebido mais de R\$ 22 milhões para apoiar medidas provisórias e emendas que eram de interesse da companhia. Teria pedido também R\$ 150 mil para a campanha do filho, em Roraima.



O senador Edison Lobão (PMDB-MA) é citado em investigações que envolvem a Eletrobrás e a Petrobras O dono da UTC, Ricardo Pessoa, também citou o pagamento de R\$ 1 milhão a Lobão em um esquema envolvendo contratos de Angra 3. Pessoa disse que o valor era o adiantamento de uma propina maior, de R\$ 30 milhões, pedida por Lobão.

Impresso e distribuído por NewspaperDirect | www.newspaperdirect.com, EUA/Can: 1.877.980.4040, Intern: 800.6364.6364 | Copyright protegido pelas leis vigentes.

[Notícia anterior](#)

[Próxima notícia](#)